

MEMÓRIA DE REUNIÃO

1. Identificação da Reunião

1ª Reunião Ordinária da Câmara Executiva Federal de Identificação do Cidadão (CEFIC) de 2026.

Data	Horário	Local
11/02/2026	17h	Palácio do Planalto – sala 407

2. Participantes

Nome	Órgão	Cargo
Pedro Helena Pontual Machado	Casa Civil da Presidência da República - CC-PR	Secretário-Executivo Adjunto
Beatriz Vasconcellos de Araújo	SAM-CC/PR	Secretária Adjunta
Nicolas Wulk	SAM-CC/PR	Assessor
Rogério Souza Mascarenhas	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Secretário de Governo Digital
Hudson Vinícius Mesquita	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Diretor de Identidade Digital
Paulo Ayran da Silva Bezerra	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Coordenador-Geral
Thalita Knupp A. de Carvalho	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Especialista
André Tamiarana Canetta	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Especialista
Ana Maria Costa Candido Lacerda	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Assessora Técnica
Enylson Flávio Martinez Camolesi	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Diretor-presidente
Eder Eustaquio Alves	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Chefe de Gabinete
Katia Macarini	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Coordenadora-Geral
Maurício Augusto Coelho	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Diretor
Marcelo Oliveira Barbosa	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Coordenador-Geral
Isabel Seixas de Figueiredo	Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP	Diretora
Beatriz Marques de Jesus Figueiredo	Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP	Coordenadora-Geral
Ronei Maia Salvatori	Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP	Coordenador
Fernando de Mattos Maciel	Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP	Coordenador-Geral
Reriton Weldert Gomes	Receita Federal do Brasil - RFB	Coordenador-Geral
Paula Xavier dos Santos*	Ministério da Saúde – MS	Diretora
Elivan Silva Souza*	Ministério da Saúde – MS	Assessor
Tula Vieira Brasileiro	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC	Coordenadora-Geral
Damaris Campos	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC	Coordenadora

*online

3. Pauta

3.1. Ratificação ACT/TSE

3.2. Planejamento 2026

3.3. Informes Gerais

4. Relato

A pauta foi iniciada com a ratificação do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para uso da Identificação Civil Nacional (ICN) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Conforme Artigo 26 do Decreto nº 11.797, de 27 de novembro de 2023, é competência da Cefic avaliar e ratificar prorrogações de acordos entre os órgãos e o TSE referentes à ICN. O último acordo, assinado em 2021, vencerá em março de 2026, e a proposta é prorrogar por mais cinco anos.

O Termo Aditivo apresenta as seguintes alterações:

- a) a titularidade dos partícipes: de "Secretaria-Geral da Presidência da República" para "Casa Civil da Presidência da República". De "Ministério da Economia" para "Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos";
- b) a atuação como Secretaria Executiva do Acordo de Cooperação Técnica da até então "Secretaria-Geral da Presidência da República" para o "Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos", na figura da "Secretaria de Governo Digital";
- c) as finalidades institucionais da então "Secretaria-Geral da Presidência da República" para as finalidades institucionais da "Casa Civil da Presidência da República".

O ACT é posto em votação e aprovado com unanimidade.

Seguindo a pauta, foi apresentado o Planejamento 2026, destacando:

- **Serviço de Controle de Fluxos (SCF-CIN)** – foi ressaltada a importância da parceria com o Serpro, a SGD e o MJSP, e que a implantação nos estados será gradativa.
- **Modelo Informacional (MI)** – atualmente está ocorrendo a implementação pelo MJSP e que o ambiente de espelho está disponível para testes pelos Órgãos de Identificação Civil (OICs).
- **Serviço Biométrico Federal (SBF)** – no momento os OICs estão enviando dados para Dataprev e a implantação será escalonada.
- **Protocolo de Cancelamento** – está em processo de aprovação nos Grupos de Trabalho Técnicos (GTTs).
- **Monitoramento dos padrões de impressões da CIN** – a previsão é que o relatório seja apresentado em março de 2026, tanto para os estados quanto para a Cefic.
- **Integração com a Declaração de Nascido Vivo (DNV) e com o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)** – previsão de conclusão no final do março de 2026.
- **Integração com Registro Civil** – há avanços no processo de assinatura do convênio com o Operador Nacional do Registro Civil de Pessoas Naturais (ON-RCPN), mas ainda são necessários ajustes e, portanto, com o cronograma ainda em discussão.
- **Credenciamento Definitivo de Gráficas e Personalizadoras** – previsão de deliberação da resolução na Cefic em junho de 2026.
- **Proteção à testemunha (Provida)** – previsão de deliberação da resolução na Cefic em agosto de 2026.
- **Recepção das decadactilares** – previsão de recepção no fluxo em maio e do legado em julho de 2026.
- **Auditoria e Fiscalização de Gráficas e Personalizadoras** - previsão da deliberação da resolução em novembro de 2026.
- **Ajustes na integração para reimpressão da CIN** – previsão de implementação no final do mês de março e disponibilização em 20/03/2026.

Com a indefinição da data de algumas entregas, o planejamento 2026 não foi colocado em votação.

Adicionalmente, durante a discussão do planejamento, foi verificada a necessidade de um novo levantamento acerca da capacidade de emissão dos estados. A ação será coordenada pelo MJSP. Também foi debatida a definição e a padronização dos termos e indicadores relativos ao processo de emissão da CIN. A Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República (SAM/CC-PR) irá coordenar a definição desses conceitos e parâmetros.

Seguindo a pauta, no item Informes Gerais, destaca-se:

- A apresentação do gráfico de emissão de CINs por Unidades Federativas, com cobertura de 21% da população;
- Apenas o Estado de Roraima ainda não inscreve e altera o CPF;

- A SGD, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Polícia Civil do Distrito Federal (PC-DF) realizarão projetos-piloto para emissão da CIN nos consulados de Portugal e Paraguai a partir de abril. A proposta é que a coleta de informações seja realizada por meio de um terminal de teleatendimento e que a CIN seja enviada por malote. Foi sugerido que haja um marcador para separar o número de emissões dos residentes no DF e no exterior.
- Elaboração um trabalho de comunicação pela SECOM/PR direcionada sobre a importância da emissão da CIN para os beneficiários de programas sociais.
- Retomada das visitas aos estados, com a previsão de cinco no primeiro semestre.

Finalizada a pauta, a reunião é encerrada.

5. Encaminhamentos:

- Realizar sessão eletrônica virtual para aprovação do planejamento 2026 após definição do cronograma de integração com o Registro Civil.